

Duas décadas de Juizados Especiais

23/06/2015 15:28

Em setembro, data será lembrada em todas as regiões do Brasil

1 2



Desa. Vania Bitar com a ministra Nancy Andrichi

A Justiça brasileira vai comemorar os 20 anos da Lei dos Juizados Especiais (9.099/95), em setembro deste ano, com uma série de atividades voltadas para o atendimento da população durante todos o mês. Em reunião realizada nesta segunda-feira, 22, em Brasília, a Corregedora Nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, apresentou o programa Redescobrimo os Juizados Especiais aos magistrados coordenadores estaduais e federais dos Juizados Especiais, e convidou-os a participarem da programação alusiva ao aniversários da lei durante todos o mês de setembro, ressaltando a contribuição da legislação para democratização do acesso ao Judiciário.

Representando o Judiciário paraense, a desembargadora Vania Fortes Bitar, coordenadora dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará, destacou a importância do programa apresentado, considerando a necessidade da retomada original das diretrizes dos Juizados Especiais. “Como se sabe, os Juizados Especiais foram criados para trilhar o caminho da simplicidade, da informalidade e – principalmente – da celeridade na solução das demandas focadas nas pequenas questões jurídicas. E é esse retorno às origens que pretendemos imprimir aos Juizados Especiais nos próximos dois anos, mais especificamente na submissão aos princípios que emolduraram o seu surgimento”.

A desembargadora também ressaltou a proposta para comemoração da Lei, em setembro, e informou que o Judiciário paraense já vem realizando uma série de atividades em consonância com o programa Redescobrimo os Juizados Especiais. Mutirões de Sentença, ações de itinerância nas ilhas do Estado com o projeto Ribeirinho Cidadão e em parceria com a CAIXA,

que dispõe de uma Agência-Barco para atendimento em furos e igarapés, projetos de apoio virtual às secretarias de Juizados, dentre vários outros, integram o projeto Justiça em Movimento, que busca agilizar a prestação jurisdicional, levando os serviços dos Juizados ao encontro dos cidadãos. Para setembro, a desembargadora Vania Bitar explicou que várias ações de boas práticas serão agendadas no Pará, como mutirões de audiências de instrução e julgamento.

Redescobrimo os Juizados Especiais – Na reunião, além de apresentar o programa aos representantes dos Juizados de todo o Brasil, a ministra Nancy Andrighi também teve informações sobre o funcionamento dessas unidades e como estão estruturadas. Através do programa, a ministra propõe uma revisitação à Lei nº 9.099/1995 a partir de um ponto de vista contemporâneo e, ao mesmo tempo, resgatar os valores fundamentais que inspiraram a criação da legislação, como a simplicidade e a informalidade.

Esse redescobrimento da lei nº 9.099/95 impulsionou a Coordenadoria dos Juizados Especiais a programar uma série de ações voltadas a imprimir celeridade na prestação jurisdicional, com ênfase à solução rápida e imediata do conflito e à satisfação da pretensão do jurisdicionado.

Caminhando nesse sentido, e acompanhando a diretriz traçada pela Ministra Nancy Andrighi, uma ampla agenda está sendo definida para o mês de setembro, destacando-se a realização de audiências de instrução e julgamento como forma de reduzir drasticamente o congestionamento processual observado em algumas Unidades Judiciais, conclamando cada um dos juizes vinculados ao Sistema de Juizados Especiais a dedicar um mínimo de dez dias, dentro daquele mês, a essa iniciativa capaz de contribuir eficientemente para a comemoração dos vinte anos da Lei.

Além das audiências agendadas, a Coordenadoria dos Juizados Especiais deverá envolver-se na execução da primeira fase do Projeto “Ribeirinho Cidadão”, previsto para a primeira quinzena de setembro, quando serão atendidas cerca de sete comunidades existentes no Município de São Caetano de Odivelas com ações sociais e prestação de serviços jurisdicionais, num movimento ímpar de acesso à justiça e de pleno exercício da cidadania.

*Fonte: Coordenadoria de Imprensa
Texto: Marinalda Ribeiro/
Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJP, com informações da Corregedoria Nacionalde Justiça
Foto: null*